

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais

RETROSPECTIVA



Palavra da Diretoria: Retrospectiva e Perspectivas

Mais um ano chega ao fim e, com ele, o sentimento de dever cumprido. Também se aproxima o fim de uma gestão marcada por lutas e conquistas, o fim de um importante ciclo.

2021 foi um ano difícil, marcado também pela pandemia. Foram mais de 617 mil vidas perdidas, muitas das quais poderiam ter sido salvas. Dentre tantas e tantas perdas, mais de 25 eram trabalhadores e trabalhadoras do Poder Judiciário mineiro. Perdemos amigos, parentes e conhecidos. Não há quem não tenha lamentado uma perda.

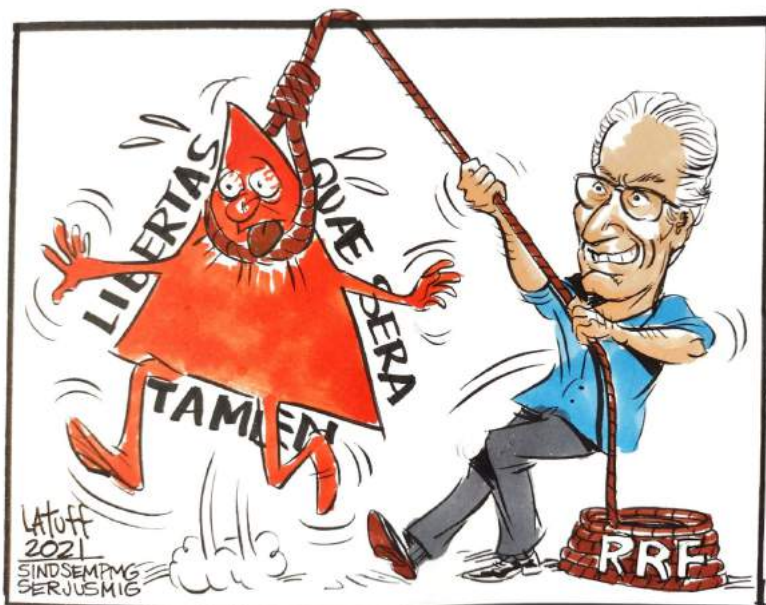
Também foi um ano de intensos ataques neoliberais ao Serviço Público e aos Servidores. Muitas propostas que só representam retrocessos e retiradas de direitos exigiram e ainda exigem do sindicato mobilização e luta. Reforma da Previdência, Lei Complementar 173/2020, PEC Emergencial, Reforma Administrativa Federal e Estadual e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) são algumas das batalhas travadas bravamente pelo SERJUSMIG, apesar das dificuldades impostas pela pandemia.

O ano também teve conquistas importantes: avanços na carreira dos Servidores, nomeação dos aprovados no concurso, projeto das datases, reajuste dos auxílios e verbas indenizatórias, simplificação do auxílio-creche, indenização dos plantões, regulamentação do teletrabalho, mudanças nas regras das férias regulamentares e prêmio, dentre outras.

A atual gestão do SERJUSMIG deixa um legado importante para a categoria, a exemplo da unificação dos quadros do Poder Judiciário e de um plano de saúde sólido aos filiados. Houve um aumento significativo no número de filiados durante a gestão 2019/2022 (300 novas filiações) e vidas cobertas pelo plano de saúde (mais de 2 mil novas vidas, após a migração).

Desejamos que 2022 traga a vitória da humanidade sobre a pandemia. Que a luta contra os retrocessos possa

**NÃO
À REFORMA
ADMINISTRATIVA**



ser transformada em lutas por avanços nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Chega de retirada de direitos e precarização das relações de trabalho!

Que a nova gestão do SERJUSMIG venha disposta a manter a luta aguerrida e possa dar continuidade às conquistas alcançadas até aqui, pois os desafios do próximo ano serão imensos.

A luta precisa continuar!

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Rui Viana da Silva; **1º Vice-Presidente:** Sandra Margareth Silvestrini de Souza; **2º Vice-Presidente:** Ronaldo Ribeiro Júnior; **3º Vice-Presidente:** Eduardo Mendonça Couto; **Diretor Secretário:** Adilson Silveira; **Sub-Diretor Secretário:** Tatiana Correia Borges; **Diretor Financeiro:** Willer Luciano Ferreira; **Sub-Diretor Financeiro:** Alípio de Faria Braga; **Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos:** Carla dos Santos Almeida; **Sub-Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos:** Simone Salgado Rodrigues; **Gomes;** **Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura:** Théó Léllis Alves Nardelli; **Sub-Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura:** Márcio Vinícius Barros Ferreira; **Diretor Social:** Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; **Sub-Diretor Social:** Sheila Augusta Ferreira Fernandes Salomé.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: 1º) Ênio de Senna Gomes Júnior; 2º) Seabra Júnior Ferreira Santos; 3º) Wellington Quintiliano; 4º) Juscelino Rademaker de Oliveira; 5º) Jorge Antônio de Almeida; 6º) Antônio Carlos L. Ribeiro; 7º) Jorcelina A. Ferreira. **SUPLENTE:** 1º) Juliano Ribeiro da Cunha; 2º) José de Queiroz Toledo; 3º) Eduardo Luiz P. Furbeta; 4º) Nelma Borges Machado; 5º) Luciano César; 6º) Antônio Ancelmo de Souza; 7º) Eduardo Ramiro Fernandes Sousa.

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Editora Responsável: Máira de Mello Gomes; **Textos:** Máira Gomes, Wallace Oliveira e Carla Abreu; **Diagramação:** Carolina Garcia; **Fotos:** Wallace Oliveira e Carla Abreu

Pandemia foi desafio para todos, inclusive Servidores da Justiça

Produtividade no período aponta dedicação e compromisso

O início de 2021 marcou a entrada de mais um ano em pandemia, e para algum alívio, a vacinação em massa se iniciou no Brasil no final de janeiro. Mas a situação seguia ainda preocupante, com centenas de milhares de mortes computadas em decorrência da Covid-19, comércios e empresas fechadas e o distanciamento social como norma.

Iniciando pelos trabalhadores da saúde, pudemos ver pouco a pouco a imunização chegando a todo o país, idades e profissões. Apesar das boas novas, os cuidados ainda seriam necessários por muito tempo, pois não se sabia ao certo até quando a população estaria de fato segura.

Assim, o SERJUSMIG reforçou seu compromisso com a saúde dos trabalhadores e seguiu como no ano anterior, vigilante com a manutenção das regras, a disponibilização de EPIs, e, principalmente, a suspensão das atividades presenciais, requisitado pelo Sindicato junto ao TJMG em diversos momentos ao longo de todo o período de pandemia.

Com o avanço da imunização, as atividades presenciais foram sendo retomadas gradualmente, de acordo com os parâmetros do Plano Minas Consciente, identificando a classificação em cada Comarca. O

SERJUSMIG se colocou ainda mais em alerta, requisitando ao TJMG os equipamentos seguros e reforçando que somente atividades estritamente essenciais deveriam funcionar presencialmente durante a pandemia.

O SERJUSMIG solicitou ainda ao Governo de Minas a inclusão de servidores que trabalham com público externo logo após a vacinação dos trabalhadores da saúde, o que foi atendido em meados de julho.

Apesar dos riscos, dificuldades diárias e tensão permanente, os Servidores da Justiça de Minas Gerais demonstraram compromisso e dedicação, com apresentação de produtividade exemplar ao longo de todo o ano.

A pandemia e as muitas dificuldades pelas quais passaram a população brasileira destacou ainda mais a necessidade dos Servidores Públicos, sejam nas UTIs lotadas, nas pesquisas para o desenvolvimento das vacinas, nos mutirões de aplicação, mas também na justiça, com a garantia de andamento e continuidade de prestação desse serviço essencial.

Sem Servidor, não há justiça!

**TODA NOSSA
SOLIDARIEDADE
ÀS FAMÍLIAS DAS
VÍTIMAS DE
COVID-19**

TODA VIDA IMPORTA



2021 não passou em branco: conquistas da luta organizada no segundo ano de pandemia

Abertura de tratativas com TJMG possibilitou avanços

O segundo ano de pandemia foi marcado pela dificuldade de mobilização. Isto, porém, não impediu que o Sindicato continuasse pautando as questões de interesse dos Servidores.

Pela articulação política, a pressão e o trabalho jurídico, foi possível garantir importantes conquistas. Destaque para os resultados de seis meses da mesa permanente de diálogo com a administração do TJMG, aberta no mês de julho, com a participação do SERJUSMIG, SINDOJUS e SINJUS.

Confira, a seguir, pautas em que o Sindicato obteve êxito neste ano:

Férias:

foi ampliada a possibilidade de suspensão de férias e permitido o gozo de férias-prêmio independentemente das férias regulamentares.

Indenização dos plantões

pedido de regulamentação feito pelo Sindicato foi deferido pelo Tribunal e os servidores já estão recebendo.

Auxílio-creche:

reajuste, passando de R\$ 769,00 para R\$ 885,30, e simplificação do procedimento para acessar esse direito. Aprovação da resolução 974/2021, que dispõe sobre o programa de assistência em creche ou em pré-escola para os dependentes de servidores ativos do Poder Judiciário.

Verba Indenizatória de Transporte

reajustado no percentual de 21,24%, com vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2022. O quilômetro rodado passará a ser de R\$0,98, com limite máximo de indenização de R\$1.163,00. Para cumprimento de mandados, o valor será reajustado em 30%.

Remoções:

publicados dois editais em 2021, sendo que, no primeiro, houve deferimento em massa das inscrições.

Diárias

os valores das diárias de deslocamento para Belo Horizonte ou outros estados passa a ser de R\$ 600. A diária para outros municípios fica em R\$ 460. A vigência também será a partir de 1º de janeiro de 2022.

Auxílio-saúde e vale-lanche

reajustados pela inflação em abril de 2021.



Cecília Pedersoli / TJMG

Recomposição das perdas salariais: a luta agora é no Legislativo!

Pressão para que Regime de Recuperação Fiscal seja rejeitado é indispensável

O ano termina com o início da tramitação, na Assembleia Legislativa, do Projeto de Lei (PL) 3.382/2021, de recomposição das perdas salariais dos Servidores, no biênio de 2020/21, no percentual de 9,32%.

O texto agora deve passar pelas comissões

de Constituição e Justiça (CCJ), Administração Pública (CAP) e Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO). Uma vez aprovado nessas comissões, o texto seguirá para o Plenário.

A votação do PL no Plenário fica impossibilitada enquanto vigorar o regime de urgência para o Projeto de Lei (PL) 1202/2019, que prevê a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Isto, porém, não impede que a proposta da data-base seja discutida nas comissões.

“

PL 3.382/2021 prevê recomposição das perdas salariais em 9,32%



Clarissa Barçante / ALMG

Recomposição se conquista na luta

A recomposição das perdas salariais é um direito conquistado ao longo de décadas de luta e uma necessidade, dada a constante variação dos preços dos bens e serviços necessários à sobrevivência dos trabalhadores.

No Brasil, é conhecido como data-base o período em que empregados e empregadores negociam a recomposição e outros termos dos contratos coletivos de trabalho. Os últimos anos foram marcados pela depreciação dos salários do conjunto da classe trabalhadora brasileira, incluídos os Servidores Públicos.

No dia 13 de março de 2020, os trabalhadores do Judiciário mineiro conquistaram as datas-bases referentes a 2018 e 2019. Porém, no biênio seguinte, ainda não houve recomposição do período.

Por isto, a data-base tem sido uma luta prioritária do SERJUSMIG e pauta central da mesa de negociações entre sindicatos e a administração do TJMG. Nela, o Sindicato tem reafirmado insistentemente o papel do Tribunal no diálogo com o Legislativo, a fim de que o PL 3.382/2021 tenha a tramitação mais rápida possível.

A pressão sobre parlamentares também é fundamental para que a categoria faça valer seus direitos. Além disso, é preciso lutar para que o PL 1202/2019, de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, seja imediatamente rejeitado. Essa é a única forma de preservar não apenas esta data-base, mas todas as políticas de recomposição salarial da próxima década, entre outros direitos.

RETROSPECTIVA

2021

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32 foi encaminhada à Câmara em setembro de 2020. Tida como Reforma Administrativa, tem como maior objetivo entregar os serviços públicos à exploração comercial pela iniciativa privada



Caso aprovada, a PEC 32 irá permitir a ampliação da terceirização, contratações temporárias por até 10 anos e possibilidade de redução de jornada e salário, além de outras ameaças aos Servidores.



Após um ano de tramitação em comissões na Câmara dos Deputados, a PEC 32 aguarda somente votação no plenário, onde o governo precisa de 308 votos, em dois turnos. Se aprovada a proposta segue para o Senado para também ser votada em dois turnos.



Desde 01 de outubro, a proposta de adesão de MG ao Regime de Recuperação Fiscal corre em regime de urgência na ALMG, a pedido de Zema. A adesão permitiria a suspensão do pagamento da dívida do estado com a União por até nove anos, mas não elimina os juros e demais encargos..

RETROSPECTIVA 2021

Unindo-se a milhares de trabalhadores de todo o país, o SERJUSMIG passou o ano em mobilizações contra a PEC 32. Atos e marchas em Brasília e BH, recepção no aeroporto, outdoor, ações nas comarcas de MG e diálogo com deputados foram ações permanentes.

Após um ano de manifestações em todo o país, os trabalhadores conseguiram garantir que a PEC 32 não seja votada este ano. Para 2022, manter a mobilização e pressão sobre deputados.

Usado como barganha para aprovação do auxílio emergencial, a PEC 186, tida como 'PEC Emergencial', foi promulgada em março deste ano. A medida veda a criação de novos cargos e possibilita aos estados e municípios restringir a realização de concursos públicos e concessão de benefícios e incentivos tributários quando os gastos do Poder Público atingirem o 95% da arrecadação.

O Regime impõe uma série de medidas de austeridade, como privatização, o aumento das alíquotas de contribuição previdenciária, a proibição de novos concursos públicos, e a retirada de direitos como quinquênio, férias-prêmio e adicional de desempenho (ADE). 2022 exigirá manutenção da luta travada este ano para a preservação de direitos.



Nomeação de concursados, PV e teletrabalho: saiba o que mudou neste ano

Luta organizada praticamente ressuscitou concurso de 2017

CONCURSOS

Em janeiro, tomam posse no TJMG mais de 200 candidatos aprovados no concurso regido pelo edital 01/2017. O Sindicato parabeniza esses trabalhadores e dá as boas-vindas aos novos colegas. A nomeação é fruto da luta organizada e da parceria com a Comissão de Aprovados, um grupo de candidatos que acompanha o andamento do certame.

“Em maio de 2020, ficamos olhando o Diário do Judiciário e não saiu a prorrogação. Naquele momento, o concurso estaria finalizado, o concurso quase morreu. O Sindicato nos incentivou a continuar lutando”, recorda Karenn Lucy Damásio, integrante da Comissão.

Ela faz referência a duas propostas na Assembleia Legislativa: o Projeto de Lei (PL) 1.739/2020, do deputado Professor Wendell Mesquita (Solidariedade), e o PL 2.022/2020, da deputada Beatriz Cerqueira (PT). Com a aprovação dessas propostas, foi suspenso o prazo de validade de todos os concursos públicos no Estado de Minas Gerais, enquanto durar o período de calamidade pública.

Em 2019, em parceria com a deputada Beatriz, o SERJUSMIG apresentou uma emenda ao Projeto de Lei que unificava os quadros das duas instâncias. Isso porque houve mudança da nomenclatura do cargo de Oficial de Apoio Judicial, que passou a se chamar Oficial Judiciário, gerando incertezas em quem se candidatou ao cargo. Com a aprovação da emenda, a incerteza foi afastada.

Também em 2019, graças à luta dos trabalhadores, o Tribunal publicou a portaria 4.344, regulamentando a nomeação de candidatos que concorreram às vagas reservadas a negros e pardos na primeira instância.

CARREIRAS

O plano de carreira suscita grandes preocupações por parte dos Servidores e, consequentemente, é uma das pautas que mais têm recebido atenção do SERJUSMIG. Neste ano, o Sindicato destaca conquistas com relação à Promoção Vertical (PV) de diferentes exercícios:

PV 2019: homologada, com ampliação do número de vagas e valores quitados integralmente.

PV 2020: primeira após a regulamentação da unificação, de modo que os Servidores das duas instâncias podem concorrer às mesmas vagas. Além disso, a partir deste edital, quando o candidato fizer a inscrição, havendo erro material é possível efetuar uma retificação sanando o problema. Em anos anteriores, qualquer pequeno erro poderia levar à desclassificação sumária do Servidor.

PV 2021: publicação de edital no último mês de agosto. As inscrições serão realizadas em março de 2022.

Além disso, foram divulgados em outubro os cronogramas dos processos classificatórios da PV dos exercícios de 2020 e 2021.

TELETRABALHO

O teletrabalho, em processo de implementação no TJMG desde 2016, já faz parte da realidade de muitos Servidores. Porém, na pandemia, a demanda por essa modalidade se ampliou e se complexificou, exigindo regulamentação e garantias para os teletrabalhadores.

No fim de setembro, o Órgão Especial aprovou a Resolução 973/2021, regulamentando o Projeto Experimental do Teletrabalho. A proposta vinha sendo acompanhada pelo SERJUSMIG desde o início da tramitação.

Ações em andamento por direitos e melhoria da qualidade de trabalho

O departamento jurídico do SERJUSMIG, em parceria com o escritório Lucchesi Advogados Associados, realizou diversas ações em prol de garantia de direitos e melhoria da qualidade de trabalho dos Servidores da Justiça. Em sua grande maioria, as ações se tornaram conquistas, listadas nas páginas anteriores. Acompanhe aqui as principais ações ainda em andamento:

Servidores têm direito à devolução de IR descontado sobre juros de mora em precatórios:

O SERJUSMIG requer a devolução dos descontos de IR aos Servidores filiados ao Sindicato sobre pagamentos feitos pelo Estado de Minas Gerais que advenham de sentenças judiciais que tenham sido realizados nos últimos 5 anos. O magistrado postergou a apreciação da liminar após os esclarecimentos do Estado sobre o objeto do processo. O Estado será intimado e terá 5 cinco dias para manifestação.

Sindicato ajuíza ação pleiteando a adequação da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas: Com a Reforma da Previdência estadual e a publicação da LC 156/2020, o Tribunal de Justiça aplica nova regra de cálculo das contribuições previdenciárias, que implica uma perda de renda, tendo em vista que eleva o valor da base de cálculo das últimas alíquotas. O Estado apresentou contestação no início de outubro, e o SERJUSMIG respondeu com uma impugnação. Uma nova petição de especificação de provas foi apresentada em novembro.

SERJUSMIG questiona compensação de plantões da justiça militar: Somente os plantões de finais de semana (18:00 de sexta-feira às 08:00 de segunda) possuem contraprestação por meio de compensação e de forma errada, vez que os Servidores que permanecem todo o final de semana de plantão compensam apenas 06 horas de trabalho; além de não haver qualquer compensação ou pagamento dos plantões dos dias úteis. Decisão proferida no final de novembro, determinando a remessa dos autos à CENTRASE.



Migração para Previdência Complementar preocupa servidores

SERJUSMIG disponibiliza ferramentas para apoio na decisão

Com a sanção Lei Complementar 158/2021, no início de agosto, foi ampliada a lista para adesão à Previdência Complementar MG, inserindo aqueles que ingressaram no Serviço Público antes de 15 de fevereiro de 2015.

A lei estabelece como prazo até 31 de dezembro de 2021 para que os Servidores possam optar pelo regime complementar. A migração é uma decisão importante a ser tomada por cada Servidor apto – membros de poder ou órgão e servidores efetivos, comissionados, designados, empregados públicos, servidores das autarquias da administração indireta e servidores em cargos temporários –, uma vez que a definição é irretratável.

Compreendendo a importância da decisão para cada Servidor e Servidora, o SERJUSMIG disponibiliza exclusivamente aos Servidores filiados, em parceria com o escritório Diego Leonel & Advogados Associados, uma ferramenta para avaliar e auxiliar a decisão dos Servidores sobre a migração, o Simulador COMPARE.

Este simulador realiza uma análise individualizada de cada Servidor, compara a situação atual e aponta cenários em caso de migração, calculando o valor do Benefício Especial, valor a ser recebido pela Previdência Complementar, a data provável de sua aposentadoria, bem como o valor da economia imediata da contribuição previdenciária em um cenário de migração com ou sem adesão à PREVCOM-MG.

Acesse o nosso site e entenda como funciona o Simulador COMPARE.



Núcleo de Aposentados do SERJUSMIG continua trabalho importante durante a pandemia

Em razão dos contratempos relacionados à pandemia, o Núcleo de Aposentados do SERJUSMIG-NAS cancelou uma série de eventos presenciais e viagens. Porém isso representou uma oportunidade para que os colaboradores e Servidores filiados pudessem visualizar caminhos diferentes.

Segundo a Diretora Social do SERJUSMIG, assistente social aposentada, Ana Maria Bertelli, o período pandêmico de 2021 foi tão difícil quanto o ano anterior para o Núcleo, mas a luta não parou. Foram realizadas duas transmissões ao vivo, uma em abril e outra em novembro. No primeiro encontro online,

a psicóloga Anna Cristina Pegoraro de Freitas falou sobre os idosos na contemporaneidade, trazendo correspondência para o tema da live posterior, desta vez sobre a gestão do tempo após a aposentadoria, com foco na pandemia.

Sobre projetos futuros, a Diretora Social espera que a pandemia esteja em situação mais controlada para que os eventos presenciais possam voltar, provavelmente a partir de março de 2022. O NAS continua na luta pelos Servidores aposentados, para garantir seus direitos, qualidade de vida e promover discussões relevantes para o grupo.

Visitas às comarcas retornam e os Servidores esclarecem dúvidas



No ano de 2020, as tradicionais visitas às comarcas foram postergadas em razão da pandemia do coronavírus. Com o avanço da vacinação e mantendo os protocolos de segurança, foi possível que os diretores do Sindicato voltassem a realizar esses encontros. As visitas foram realizadas no mês de novembro de 2021, passando por várias regiões mineiras.

A presença do Sindicato nas Comarcas ajuda a esclarecer diversas dúvidas dos Servidores, além de receber denúncias, oferecer apoio e incentivar a luta por direitos nas comarcas. Segundo o assessor da presidência do SERJUSMIG Franklin Almeida, alguns assuntos importantes, como questões de carreira, plantões e promoções verticais, foram muito pautados pelos Servidores.

O colaborador também destacou a receptividade dos trabalhadores com o Sindicato, principalmente em razão das conquistas do último período, como o projeto de data-base e a disponibilização do Simulador Compare, que facilita a decisão dos Servidores sobre a migração para Previdência Complementar.

Formação, transparência e participação marcam XXII Encontro de Delegados

Após um ano sem a realização do evento, clima é de reencontro e desafios

Retomando as atividades presenciais, foi realizado entre os dias 03 e 05 de dezembro o XXII Encontro de Delegados do SERJUSMIG, com a presença de 122 representantes de comarcas e um total de 211 participantes, entre diretores, funcionários e associados.

Na tarde da sexta-feira, o encontro teve início com uma homenagem às mais de 600 mil vítimas da Covid-19 em todo o Brasil. Após a abertura oficial, houve debate sobre as lutas contra a Reforma Administrativa (PEC 32) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), com a participação da deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), o economista Thiago Rodarte, e o assessor sindical Vladimir Nepomuceno.

Durante pausa na programação do Encontro, na manhã do sábado, 04, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária-AGE, com pauta única de Prestação de Contas do SERJUSMIG. Os diretores apresentaram com detalhes a prestação de contas do período de 01/10 a 31/12 de 2019, 01/01 a 31/12 de 2020, e, ainda, de 01/01 a 31/08 de 2021. Os presentes aprovaram, por unanimidade, a prestação de contas dos três períodos.

A mesa que abordou as lutas jurídicas do Sindicato foi composta pelos representantes do escritório Lucchesi Advogados & Associados; seguida pelo debate da migração da Previdência, com a participação do advogado e especialista Dr. Diego Leonel.

O encerramento do encontro ficou por conta da mesa de Resumo de Lutas Sindicais, apresentada pela direção do SERJUSMIG. Os destaques foram a conquista das datas-bases de 2019 e 2020 e a nomeação dos 536 novos servidores.

Departamento jurídico e escritório Lucchesi fazem informe das lutas jurídicas.



Clique aqui e leia a cobertura completa do Encontro no nosso site.

2022 vai exigir disposição para lutar!

Participação da categoria é indispensável nas lutas por direitos

Se 2021 foi marcado pela resistência aos ataques ao Serviço Público e por conquistas importantes no âmbito da negociação com o TJMG, 2022 decerto vai exigir um esforço redobrado da categoria.

Logo no início do ano, será necessário pressionar os parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei (PL) 3.382/2021 na Assembleia Legislativa, que repõe as perdas salariais dos anos de 2020 e 2021.

Ao mesmo tempo, tramita em regime de urgência o projeto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (PL 1202/2019), que exigirá pressão no sentido contrário, isto é, da reprovação. Se a adesão ocorrer, a data-base e outros direitos estarão ameaçados pelos próximos nove anos.

Outra ameaça no âmbito legislativo é a proposta de Reforma Administrativa estadual, que tramita na forma da PEC 57/2020 e do PLC 48/2020. Ela pode significar o fim de direitos como férias-prêmio, quinquênio, adicional de desempenho (ADE) e outros.

Por falar em Reforma Administrativa, o ano de 2021 foi marcado pelo sucesso da mobilização dos Servidores em todo o Brasil contra a PEC 32, da Reforma Administrativa federal. Campanhas nas ruas, em aeroportos, no Congresso Nacional e nas diversas mídias forçaram os deputados a um recuo, inviabilizando a votação da Reforma.

O desafio, entretanto, persiste. Mas 2022 também é ano de eleições. Mais do que nunca, é preciso fazer valer a palavra de ordem: “se votar, não volta”. E é indispensável, por fim, garantir a eleição de parlamentares comprometidos com a defesa do Serviço Público e dos direitos sociais reconhecidos na Constituição de 1988.

Mais do que nunca, Servidores valorizados e



“

Desafio de derrotar a PEC 32 continua no ano que vem

motivados, em condições adequadas de trabalho e com respaldo dos governantes, são uma necessidade da população brasileira. A pandemia o demonstrou.

Que, ao fim do próximo ano, possamos comemorar a ascensão de um novo projeto político ao Brasil, que tenha como finalidade o fortalecimento do Serviço Público, e não sua destruição.

Chegou o Serjasmig Benefícios. Economize em produtos e serviços!

Serjasmig agora conta com mais benefícios! Você também economiza nas compras do dia a dia com nosso Clube de Vantagens.



App Store



Google Play

